



TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1. DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o estabelecimento de procedimento para o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva (TRS) - Hemodiálise, modalidade beira leito (dentro do leito do paciente), destinados ao atendimento de pacientes renais crônicos, agudos ou em situações de emergência, que estejam internados em hospitais, unidades de pronto atendimento ou outras unidades de saúde da rede pública municipal de Cabo Frio, conforme demanda e programação definida pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

1.2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente justificativa tem como finalidade fundamentar a necessidade de contratação dos serviços de hemodiálise da empresa Beraleito no município de Cabo Frio, visando garantir a continuidade, qualidade e ampliação da assistência aos pacientes portadores de insuficiência renal crônica.

A insuficiência renal crônica é uma condição de alta complexidade, que demanda tratamento contínuo, especializado e de caráter essencial à vida, sendo a hemodiálise um procedimento indispensável para a manutenção da saúde e sobrevivência dos pacientes acometidos. A interrupção ou insuficiência na oferta desse serviço pode resultar em agravamento do quadro clínico, internações frequentes e até óbito.

Diante da crescente demanda por atendimento no município de Cabo Frio, observa-se a necessidade de ampliação e qualificação da rede assistencial, garantindo acesso oportuno e adequado aos pacientes. Nesse contexto, a contratação da empresa Bera-leito se justifica pela sua capacidade técnica, estrutura adequada e aptidão para atender às exigências do serviço, contribuindo para a redução de filas de espera e para a descentralização do atendimento.

Além disso, a contratação visa assegurar o cumprimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à universalidade, integralidade e equidade no acesso aos serviços de saúde, garantindo tratamento digno e contínuo à população.

Portanto, a contratação dos serviços de hemodiálise da empresa Beraleito mostra-se imprescindível para atender à demanda existente no município, promover a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e fortalecer a rede de atenção à saúde de Cabo Frio.

2. DO ÓRGÃO SOLICITANTE

- 2.1. Secretaria Municipal de Saúde (SMS) do Município de Cabo Frio/RJ.
2.2. Endereço: Rua Fagundes Varela S/N, São Cristóvão/Cabo Frio-RJ.



3. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DO CREDENCIAMENTO

3.1. A necessidade do serviço decorre da obrigação constitucional do Estado em garantir o direito à saúde (art. 196 da CF/88) e dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidos pela Lei nº 8.080/1990, especialmente os da integralidade, universalidade e equidade no acesso aos serviços de saúde.

3.2. Pacientes em regime de internação, impossibilitados de se deslocar a unidades de diálise convencionais, exigem atendimento especializado no próprio leito, sob pena de agravamento do quadro clínico, risco de vida e descumprimento do dever de assistência à saúde pelo ente público.

3.3. O credenciamento apresenta-se como a solução mais ágil e adequada para a contratação contínua e dinâmica deste tipo de serviço, diante da imprevisibilidade e da urgência que podem caracterizar a demanda, conforme previsão do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que permite a contratação por credenciamento para a aquisição de bens e serviços de natureza contínua, com demandas futuras e incertas, característica intrínseca aos atendimentos de saúde em regime de internação.

3.4. Fundamenta-se ainda no disposto no art. 2º, da Lei nº 8.080/90, que dispõe: A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, sendo o Município no papel de zelador dos seus cidadãos e tutelados.

4. DA SOLUÇÃO

4.1. Credenciamento de uma ou mais empresas especializadas para fornecer, de forma contínua, o serviço completo de hemodiálise beira leito, compreendendo: médico nefrologista (CRM-RJ ativo), enfermeiro coordenador (COREN-RJ ativo) e técnicos/enfermeiros de diálise com certificação; equipamentos (máquinas de diálise, monitores, etc.); insumos descartáveis e medicamentos específicos (linhas, filtros dialisadores, soluções de diálise, heparina, etc.); e transporte/logística para atender às solicitações da SMS, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, conforme programação e escala definidas pelo gestor dos hospitais municipais.

5. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

5.1. O procedimento de seleção para o credenciamento será realizado na modalidade de **Credenciamento**, conforme determinado pelo art. 79, §1º, da Lei nº 14.133/2021: “*I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;*”, em razão do objeto ser de valor elevado e da necessidade de garantir ampla competitividade e segurança jurídica ao processo.

5.2. A habilitação ocorrerá através da Comissão Especial de Credenciamento, nomeada pela autoridade competente da pasta de forma a avaliar a documentação das proponentes ao CREDENCIAMENTO, podendo ser credenciada mais de uma empresa para garantir a cobertura e a rotatividade necessárias ao serviço.

6. DO MEMORIAL DESCRITIVO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.1. O serviço de hemodiálise beira leito deverá ser prestado conforme protocolos clínicos vigentes do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Nefrologia, incluindo, no mínimo:

- a) Avaliação clínica e prescrição médica nefrológica prévia à sessão.
- b) Execução da sessão de hemodiálise por profissional de enfermagem especializado, sob supervisão médica presencial ou remota imediata, conforme complexidade do caso.
- c) Fornecimento de toda a tecnologia necessária: máquinas de diálise com monitorização de parâmetros de segurança (pressão arterial, ultrafiltração, condutividade, temperatura), desfibrilador externo automático (DEA) disponível na equipe, e oxigênio suplementar.
- d) Fornecimento de todos os insumos descartáveis, esterilizados e de uso único, de qualidade comprovada (ANVISA).
- e) Monitorização contínua do paciente durante toda a sessão e por período pós-dialítico adequado.
- f) Laudo médico e de enfermagem detalhado ao final de cada atendimento, com registro no prontuário do paciente e relatório entregue à unidade de saúde solicitante.
- g) Tempo de resposta (do chamado ao início do atendimento) máximo de 02 (duas) horas para casos urgentes e agendamento para casos programados.
- h) Capacidade operacional para atender, no mínimo, o estimado de 265 pacientes (mês), simultaneamente nos Hospitais (HCE e HMOCS).

Detalhamento do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO	QUANT. MÉDIA MENSAL
1	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Emergência - HCE do Município.	Até 105 procedimentos
2	Diálise prolongada, em paciente adulto agudo, internado no Hospital de Emergência - HCE do Município.	Até 11 procedimentos
3	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 105 procedimentos
4	Dialise prolongada, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 11 procedimentos
5	Dialise peritoneal, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 10 procedimentos
6	Hemodiálise, em paciente pediátrico agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	Até 10 procedimentos



7. DO VALOR E PROPOSTA

7.1. As empresas credenciadas serão remuneradas por **sessão de hemodiálise beira leito realizada**, conforme tabela de preços unitários disponibilizada no credenciamento pela Secretaria de Saúde.

7.2. A proposta deverá conter o preço global máximo por sessão, que incluirá todos os custos com mão de obra, equipamentos, insumos, medicamentos, deslocamento, impostos e demais despesas necessárias à execução completa do serviço, mesmo sendo tabela da Administração, deverá constar na proposta apresentada pela proponente os valores contabilizando todas as expensas de sua operação.

7.3. Não haverá pagamento por disponibilidade ou custos fixos. O pagamento será efetuado somente pelas sessões efetivamente realizadas e comprovadas mediante relatórios e guias de autorização de procedimento.

8. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

As propostas apresentadas serão avaliadas conforme os critérios definidos no Edital de Chamamento Público e neste Termo de Referência, observando-se os seguintes pontos:

8.1. Adequação à Especificação: A proposta deverá atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

8.2. Consulta a Cadastros Oficiais: Antes da contratação, serão verificadas as condições de habilitação por meio de consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

8.3. Da Habilitação Jurídica:

8.3.1. Cédula de Identidade do responsável legal.

8.3.2. Conforme o tipo societário serão exigidos os itens na seguinte forma:

8.3.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

8.3.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

8.3.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

8.3.2.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



8.3.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de **empresa ou sociedades estrangeiras em funcionamento no País**, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.3. Prova de registro, arquivamento ou inscrição na Junta Comercial, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou em repartições competentes, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como da ata de eleição do termo de investidura dos representantes legais da pessoa jurídica.

8.3.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.5.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

8.4.6. Certidão de Regularidade da **Fazenda Municipal**, da sede do proponente;

8.4.7. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual ou Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

8.5. Da Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1. Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Cabo Frio, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, acompanhados de suas Declarações assinadas



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

pelo contador com o cálculo do índice de Liquidez Geral, cujo valor não poderá ser inferior a 01 (um), calculado pela fórmula a seguir:

$ILG = (AC + RLP)/PE$, onde AC = Ativo circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PE = Passível Exigível = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo.

É vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.6. Das Declarações:

8.6.1. Declaração de que não emprega cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidores do Município de Cabo Frio-RJ, em cumprimento aos requisitos **do artigo 9º, §1º, da Lei nº 14.133/21.**

8.6.2. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

8.6.3. Declaração de Cumprimento de Reserva de Cargos, na forma do **artigo 63, IV, da Lei nº 14.133/21.**

8.7. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Termo de Referência pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

8.8. O não cumprimento de qualquer uma das condições acima poderá resultar na desclassificação da proposta. A contratação será efetivada com os fornecedores que atenderem a todos os requisitos

9. DO PAGAMENTO

9.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.2.2. Considera-se recebido o documento quando for atestada a execução dos serviços conforme os termos estabelecidos no contrato.

9.2.3. No caso de atraso pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO, os valores devidos ao CREDENCIAMENTO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.3. Condições de Pagamento:

9.3.1. A emissão da Nota Fiscal deverá ser precedida do recebimento definitivo dos serviços prestados, conforme disposto no Edital e neste Termo de Referência.

9.3.2. As Notas Fiscais deverão:

9.3.2.1. Ser discriminativas, emitidas em 2 (duas) vias, e atestadas por 2 (dois) servidores designados pelo setor competente;



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.3.2.2. Conter o prazo de validade, data de emissão, dados do contrato e do órgão GESTOR DO CREDENCIAMENTO, período de execução do contrato, valor a pagar e possíveis retenções tributárias.

9.3.3. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o pagamento será suspenso até a regularização pela CREDENCIADA, sem ônus para a Administração. O prazo de pagamento iniciará após a correção do documento.

9.4. Regularidade Fiscal:

9.4.1. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, verificada por meio de consulta on-line ao SICAF ou em sítios eletrônicos oficiais, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.2. Antes de cada pagamento, a Administração consultará o SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação e eventuais ocorrências impeditivas. Caso seja constatada alguma irregularidade, a CREDENCIADA será notificada e terá 5 (cinco) dias úteis para regularizar sua situação ou apresentar defesa, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

9.4.3. Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas administrativas necessárias, incluindo a rescisão do credenciamento, assegurando-se a ampla defesa.

9.5. Critérios de Reajuste:

9.5.1. Os preços credenciados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 1 (um) ano.

9.5.2. Após este prazo, será admitido reajuste com base no índice IPCA-E, conforme o art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação da CREDENCIADA.

9.5.3. O reajuste será aplicável somente às obrigações iniciadas e concluídas após o interregno de 1 (um) ano.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Prazo e Vigência:

10.1.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, conforme os Arts. 105 a 114 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse público devidamente justificado e vantajosidade para a Administração.

10.1.2. Durante o período de vigência do Chamamento Público, poderão ser realizados novos credenciamentos, observadas as condições estabelecidas no edital e no presente Termo de Referência, em consonância com o art. 142, §3º da Lei nº 14.133/2021, que admite a contratação de novos interessados nas mesmas condições inicialmente estabelecidas, enquanto vigente o procedimento de credenciamento.

10.2. A execução do credenciamento será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O fiscal do



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

credenciamento deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, determinando o que for necessário para a correção de eventuais irregularidades.

10.3. Caso sejam verificadas situações que ultrapassem a competência do fiscal, estas deverão ser comunicadas aos superiores, em tempo hábil para a adoção de medidas apropriadas.

10.4. A CREDENCIADA será responsável por reparar, corrigir, substituir ou remover, a suas expensas, qualquer vício ou defeito nos serviços prestados, conforme o art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços serão de inteira responsabilidade da CREDENCIADA, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021, não sendo excludente o acompanhamento ou fiscalização por parte da Administração.

10.6. A CREDENCIADA será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução dos serviços, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021. A inadimplência em relação a esses encargos não transfere à Administração qualquer responsabilidade ou ônus.

10.7. Antes do pagamento de qualquer Nota Fiscal, será consultada a situação da empresa junto ao SICAF, sendo exigida a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. As comunicações entre a Administração e a CREDENCIADA deverão ser feitas por escrito, podendo, em situações excepcionais, ser realizadas por mensagem eletrônica, conforme a necessidade administrativa.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização da execução dos serviços decorrentes do Termo de Credenciamento será realizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. A indicação dos fiscais constará no Documento de Formalização de Demanda (DFD) ou em documento análogo do processo administrativo.

11.2. Atividades da Fiscalização:

11.2.1. Acompanhar e monitorar a execução dos serviços, verificando sua conformidade com os termos do credenciamento.

11.2.2. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relevantes referentes à execução dos serviços, inclusive eventuais irregularidades, e determinar as ações necessárias para correção das falhas observadas.

11.2.3. Notificar por escrito ao Gestor sobre falhas, atrasos ou descumprimento das obrigações, caso não seja possível solucioná-las diretamente com o representante da CREDENCIADA.

11.2.4. Atestar as Notas Fiscais/Faturas emitidas pela CREDENCIADA, verificando o correto preenchimento e o adimplemento das obrigações referentes ao período.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.2.5. Manter cópias ou registros de todas as informações relevantes sobre a execução dos serviços e documentos pertinentes ao credenciamento.

11.2.6. Elaborar relatórios circunstanciados de acompanhamento da execução, quando solicitado.

11.3. A existência de fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade única, integral e exclusiva da CREDENCIADA pelos serviços prestados e pelas consequências de sua execução, conforme o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. As decisões que excedam a competência do fiscal deverão ser comunicadas formalmente à autoridade administrativa superior em tempo hábil para a adoção das medidas cabíveis.

11.5. A CREDENCIADA será responsável por ressarcir imediatamente à Administração quaisquer prejuízos apurados em decorrência de falhas ou irregularidades nos serviços prestados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis.

11.6. Caberá ao gerente e fiscais do contrato estabelecer prazos e desenvolver instrumentos para a avaliação qualitativa dos serviços credenciados, assim como da satisfação dos usuários dos serviços, utilizando para tal, a mesma base metodológica do Programa Nacional de Avaliação de Saúde – PNASS – do Ministério da Saúde.

11.7. Serão os fiscais dos contratos originários do atual credenciamento:

Priscila dos Santos Antunes Matrícula: 231231186
Maria Patrícia da Silva Matrícula: 231232136
Osias Andre de Souza Matrícula: 231231883

12. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR DO CREDENCIAMENTO

12.1. Disponibilizar, no local do atendimento, a infraestrutura básica: leito, ponto de energia elétrica estável, água potável e ponto de coleta de resíduos comuns.

12.2. Garantir o acesso da equipe credenciada ao paciente e ao prontuário.

12.3. Fornecer, quando necessário, medicamentos de uso contínuo do paciente não específicos da diálise (anti-hipertensivos, etc.) e exames laboratoriais prévios.

12.4. Comunicar com antecedência mínima, quando possível, a necessidade do serviço, fornecendo dados clínicos essenciais do paciente.

12.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, conforme o Termo de Credenciamento e seus anexos.

12.6. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados, adotando medidas para garantir o cumprimento das condições estabelecidas.



- 12.7.** Receber os serviços nas condições e prazos previstos no Termo de Referência e no Edital.
- 12.8.** Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre quaisquer falhas, vícios ou incorreções nos serviços prestados, para que sejam corrigidos ou ajustados às suas expensas.
- 12.9.** Efetuar os pagamentos à CREDENCIADA de acordo com os prazos, forma e condições estabelecidos no Termo de Credenciamento.
- 12.10.** Aplicar à CREDENCIADA as penalidades cabíveis, em caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas.
- 12.11.** Encaminhar ao órgão jurídico competente do Município as demandas necessárias à adoção de medidas administrativas ou judiciais em caso de descumprimento das obrigações.
- 12.12.** Emitir decisões sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Termo de Credenciamento, salvo quando forem manifestamente impertinentes, protelatórias ou desprovidas de interesse.
- 12.13.** Decidir sobre os requerimentos apresentados no prazo de 30 (trinta) dias, admitida prorrogação por igual período, desde que devidamente justificada.
- 12.14.** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, mesmo que relacionados à execução dos serviços, nem por danos a terceiros decorrentes de atos ou omissões da CREDENCIADA, de seus empregados ou prepostos, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- 13.1.** Manter plantão 24h para recebimento de solicitações.
- 13.2.** Atender no prazo estabelecido no Memorial Descritivo.
- 13.3.** Apresentar à unidade de saúde, antes de cada atendimento, a documentação de habilitação dos profissionais (CRM/COREN).
- 13.4.** Zelar pela integridade física do paciente, aplicando todas as normas de biossegurança e controle de infecção.
- 13.5.** Fornecer todos os EPIs necessários à sua equipe.
- 13.6.** Responsabilizar-se civil e criminalmente por eventuais danos causados ao paciente por negligência, imperícia ou imprópria execução do serviço.
- 13.7.** Destinar corretamente os resíduos gerados (perfuro cortantes, infectantes, etc.), conforme legislação ambiental e sanitária, sendo proibido deixá-los na unidade de saúde solicitante.
- 13.8.** Apresentar relatórios mensais de atividade à SMS.



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.9. A CREDENCIADA deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, conforme os termos do credenciamento e a legislação vigente.

13.9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços, conforme os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

13.9.3. Reparar, corrigir, substituir ou ajustar, às suas expensas e no prazo fixado pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO, quaisquer serviços que apresentem vícios ou defeitos decorrentes de sua execução.

13.9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento dos serviços pelo GESTOR DO CREDENCIAMENTO.

13.9.5. Manter atualizada, durante toda a vigência do credenciamento, a documentação exigida para habilitação, incluindo certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme o art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.9.6. Cumprir integralmente as obrigações previstas em convenções, acordos ou dissídios coletivos de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais e tributárias, sendo estas de responsabilidade exclusiva da CREDENCIADA.

13.9.7. Comunicar ao GESTOR DO CREDENCIAMENTO, em até 24 (vinte e quatro) horas, sobre qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento dos serviços, com a devida comprovação.

13.9.8. Manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da prestação dos serviços.

13.9.9. Paralisar imediatamente qualquer atividade, por determinação do GESTOR DO CREDENCIAMENTO, que não esteja sendo executada conforme os padrões técnicos ou que possa colocar em risco pessoas ou bens.

13.9.10. Arcar com os custos decorrentes de equívocos em sua proposta, salvo nos casos previstos no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

13.9.11. Observar e cumprir todas as normas de segurança e regulamentos técnicos aplicáveis ao objeto dos serviços prestados.

13.9.12. Essas obrigações visam garantir a qualidade dos serviços prestados, a segurança dos usuários e o cumprimento das disposições legais e contratuais.

13.10. Execução dos Serviços:

13.10.1. Prestar os serviços de terapia renal substitutiva (Hemodiálise) em conformidade com as normas e diretrizes do **Sistema Único de Saúde (SUS)** e as normas da **Secretaria Municipal de Saúde**, garantindo qualidade, segurança e eficiência no atendimento aos usuários.

13.10.2. Manter infraestrutura adequada e equipe técnica desenvolvida para a realização dos procedimentos, conforme os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.



13.10.3. Obedecer aos protocolos clínicos, normas sanitárias e regulamentos específicos para a área de Nefrologia.

13.10.4. Reparar, concordar, refazer ou substituir, às suas despesas e no prazo estipulado pelo **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**, qualquer serviço que apresente falhas, vícios ou defeitos.

13.10.5. Informar ao **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência que possa afetar a prestação dos serviços.

13.10.6. A contratação de uma empresa para realização de hemodiálise beira leito em hospitais pode acarretar diversos impactos ambientais. Um dos principais é o uso excessivo de água, uma vez que a hemodiálise é um procedimento que requer grande quantidade desse recurso. Isso pode representar um desperdício significativo, considerando a escassez de água em diversas regiões, adotar medidas sustentáveis, como a reutilização da água utilizada na hemodiálise, a implementação de sistemas de tratamento de resíduos químicos e o uso de tecnologias mais eficientes e menos poluentes.

13.10.7. Promova ações de conscientização e educação ambiental entre seus colaboradores e pacientes, visando a redução do consumo de água e a correta destinação dos resíduos gerados.

13.10.8 Além disso, a geração de resíduos químicos provenientes do tratamento dos pacientes também pode ser um problema ambiental. Esses resíduos podem poluir o solo e contaminar os corpos d'água próximos, comprometendo a biodiversidade local.

13.10.9 Para mitigar esses impactos, a empresa contratada deve adotar medidas sustentáveis, como a reutilização da água utilizada na hemodiálise, a implementação de sistemas de tratamento de resíduos químicos e o uso de tecnologias mais eficientes e menos poluentes.

Além disso, é importante que a empresa promova ações de conscientização e educação ambiental entre seus colaboradores e pacientes, visando a redução do consumo de água e a correta destinação dos resíduos gerados.

Dessa forma, é possível garantir que a realização da hemodiálise beira leito em hospitais seja feita de maneira sustentável, minimizando seus impactos ambientais e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

14. DAS VEDAÇÕES À CREDENCIADA

14.1. Subcontratar total ou parcialmente o objeto do credenciamento.

14.2. Realizar propaganda ou marketing utilizando o nome da Prefeitura Municipal de Cabo Frio ou da SMS sem autorização prévia por escrito.

14.3. Cobrar qualquer valor adicional do paciente ou do município além do preço unitário por sessão contratado.

14.4. Deixar de atender uma solicitação formal sem justificativa técnica aceita pela SMS.

14.5. São expressamente vedadas à CREDENCIADA:

14.5.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **GESTOR DO CREDENCIAMENTO**, durante a vigência do contrato;



14.5.2. A veiculação de publicidade acerca do, salvo se houver prévia autorização do GESTOR DO CREDENCIAMENTO;

14.5.3. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

14.6. A participação de empresas reunidas em consórcio.

15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1. Para habilitação, a empresa deverá comprovar:

a) Registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) na categoria "Serviço de Diálise", com autorização de funcionamento pela Vigilância Sanitária.

b) Comprovação de experiência mínima de 02 *anos* na prestação de serviços de hemodiálise, com fornecimento de contratos e declarações de clientes através de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação.

c) Apresentação da equipe técnica mínima: médico nefrologista (CRM-RJ ativo), enfermeiro coordenador (COREN-RJ ativo) e técnicos/enfermeiros de diálise com certificação com comprovação de vínculo empregatício, a comprovação do vínculo empregatício do profissional previsto neste Termo de Referência deverá ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho ou ficha de registro do empregado. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será realizada mediante a apresentação de cópia do contrato social ou certidão da Junta Comercial, ou ato constitutivo da empresa devidamente atualizado.

d) Registro da empresa ou do Responsável Técnico pelas atividades no Conselho Regional de Medicina.

e) Alvará Sanitário devidamente atualizado, emitido pelo órgão competente, constando a atividade compatível com o objeto, da sede da CONTRATADA;

f) Prova de que a proponente possui PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

16. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17

16.1. No ato da proposta, a empresa deverá apresentar declaração de que se encontra em dia com as obrigações estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), especificamente no que tange ao não enquadramento nas vedações dos Arts. 16 e 17, relativas a despesas com pessoal e dívida consolidada.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a empresa credenciada às sanções previstas no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, podendo resultar em: advertência, multa, suspensão temporária



do credenciamento, ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CREDENCIADA que:

17.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total dos serviços credenciados.

17.1.2. Não mantiver a documentação de habilitação atualizada durante o período de vigência do credenciamento.

17.1.3. Deixar de entregar documentos ou informações exigidos para a execução dos serviços.

17.1.4. Fraudar informações ou apresentar documentos ou declarações falsas durante o credenciamento ou sua execução.

17.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega dos serviços sem justificativa aceita pela Administração.

17.1.6. Praticar atos ilícitos que causem dano à Administração ou terceiros.

17.1.7. Praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

17.2. Sanções Aplicáveis:

17.2.1. Advertência: Aplicada em caso de inexecução parcial dos serviços, desde que não justifique penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

17.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar: Aplicado nas condutas graves que justifiquem a penalidade, por prazo não superior a 3 anos (art. 156, §4º).

17.2.3. Declaração de Inidoneidade: Aplicada em casos de fraudes ou práticas ilícitas que inviabilizam a manutenção do credenciamento (art. 156, §5º).

17.2.4. Multa:

17.2.4.1. Moratória: Até 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor dos serviços inadimplidos, até o limite de 30 dias.

17.2.4.2. Compensatória: Até 20% sobre o valor dos serviços não executados, em caso de inexecução parcial ou total dos serviços credenciados.

17.3. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente (art. 156, §7º), e a aplicação de multa ou outra penalidade não exclui a obrigação de reparação integral de danos causados à Administração (art. 156, §9º).

17.4. Procedimentos para Aplicação de Sanções:

17.4.1. A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, com prazo de 15 dias úteis para defesa escrita (art. 157).

17.4.2. Caso a multa aplicada seja superior ao valor devido à CREDENCIADA, a diferença será cobrada judicialmente ou descontada da garantia prestada, se houver (art. 156, §8º).

17.4.3. As penalidades aplicadas deverão ser registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Rescisão do Credenciamento:

17.5.1. A inexecução total ou parcial dos serviços poderá ensejar a rescisão do credenciamento, conforme os artigos 137 a 139 e 155 da Lei nº 14.133/2021. A rescisão será formalmente motivada, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, e deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



17.5.2. As penalidades e a rescisão contratual serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

18. CONDIÇÕES GERAIS

18.1. O credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, a critério da Administração, mediante avaliação de desempenho.

18.2. A SMS não garante volume mínimo de sessões durante o período de vigência.

18.3. A empresa credenciada deverá manter atualizados, durante toda a vigência, todos os documentos de habilitação apresentados.

18.4. Os casos omissos serão resolvidos pela SMS com base na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.080/90 e demais normas aplicáveis ao SUS.

18.1. A Administração terá direito a vistoriar as instalações, aparelhos e locais de prestação dos serviços das credenciadas a qualquer tempo, sem a necessidade de prévia comunicação;

18.2. A credenciada deverá estar estabelecida dentro do território do Município, ou no raio de 30 quilômetros da sede da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço descrito no item 7.1, deste edital.

18.3. Na hipótese de existirem duas empresas ou mais interessadas em credenciar-se para o mesmo serviço, dar-se-á preferência ao credenciamento, respeitado a condição do parágrafo anterior (territorialidade), sopesando-se, ainda, os custos que o Município tem com deslocamentos dos pacientes.

18.4. Sem prejuízo das sanções estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração a qualquer tempo poderá rescindir o contrato por decisão fundamentada, quando da ocorrência de fato superveniente ou circunstância desabonadora da credenciada;

18.5. A Secretaria Municipal de Saúde poderá, a seu critério, criar, modificar, suspender, anular ou extinguir quaisquer tipos de procedimentos objeto deste edital, sem que disto decorra qualquer direito aos participantes;


18.6. As omissões deste Termo de Referência serão supridas pelo instrumento contratual, Leis Federais nº 8.080/90 e 14.133/21, e suas alterações, Manual de Orientações para Contratação de Serviços no SUS, com as demais normas do Sistema Único de Saúde, princípios norteadores da Administração Pública e pelos princípios de Direito Público.

19. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

19.1. Termo de Referência elaborado segundo o Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar presente nos autos do **Processo nº 37996/2025**.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Elaborador	Matrícula	Rubrica
Fernanda Sodré	251203774	 Documento assinado digitalmente FERNANDA DA CONCEICAO SODRE Data: 01/04/2026 10:53:16-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

20. DA AUTORIZAÇÃO:

20.1. Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do serviço requisitado, por constituir o seu objeto uma demanda Administração Pública e dada a legalidade do processo, conforme legislação vigente, bem como por ter cumprido os princípios da Administração Pública;

20.2. Nos casos em que couber, deverão ser observadas as disposições contidas no Decreto Municipal nº 6.845 de 12 de maio de 2022, no qual tange a retenção de tributos no pagamento de fornecedores.

21. RELAÇÕES DOS ANEXOS:

21.1. Anexo I - Produção



BEATRIZ CAVALCANTE TRINDADE MARINS

Secretária Municipal de Saúde

Matricula:240403511



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I
PRODUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO	FEV	MAR	ABRIL	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	MEDIA MENSAL	ESTIMATIVA 12 MESES
1	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Emergência - HCE do Município	41	75	120	153	126	144	120	120	85	120	110	50	105	1260
2	Diálise prolongada, em paciente adulto agudo, interndo no Hospital de Emergência - HCE do Município	14	9	10	9	8	8	10	12	9	10	12	15	11	132
3	Hemodiálise, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS	54	81	74	132	201	41	110	75	111	140	123	115	105	1260
4	Dialise prolongada, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS	14	9	10	9	8	9	9	13	11	10	12	15	11	132
5	Dialise pperitoneal, em paciente adulto agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS	14	9	9	10	9	8	13	9	10	11	2	20	10	120
6	Hemodiálise, em paciente pediátrico agudo, internando no hospital Central de Municipal Otime Cardoso dos Santos - HMOCS.	14	9	10	9	8	9	9	13	11	10	12	2	10	120